

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**PRONAF A: CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Campina Grande, PB – BRASIL

Dezembro/2007

ROSANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA

PRONAF A: CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. *M.Sc.* Pablo Sidersky

Campina Grande, PB – BRASIL

Dezembro/2007

TERMO DE APROVAÇÃO



S586p Silva, Rosangela Maria Ferreira da.
PRONAF A: contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar. / Rosangela Maria Ferreira da Silva. - 2007.

48 f.

Orientador: Professor Dr. Pablo Renato Sidersky.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. PRONAF A. 2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento rural sustentável. 4. Crédito rural. 5. Reforma agrária. 6. Agricultura familiar. 7. Linha de crédito - agricultura familiar. 8. Assentamento Santa Teresa - Uruçuí - PI. 9. Sociologia rural. 10. Uruçuí - PI - Assentamento Santa Teresa. I. Título. II. Sidersky, Pablo Renato.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

PRONAF A: CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Monografia aprovada em...../...../....., como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no Curso de especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora

Prof. *M.Sc.* Pablo Sindersky
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Prof. *M.Sc.* Pablo Sindersky
Presidente (SAF/MDA)

Prof. *M.Sc.* Rosivaldo de Sá Sobrinho
Membro (CCA / UFPB)

Prof. *M.Sc.* Jairo Bezerra da Silva
Membro (UEPB-PB)

Campina Grande, 20 de dezembro 2007.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Maria Ferreira Cardoso, pelo incentivo,

Ao meu Pai, Jose Pereira da Silva (in memorium).

A Victoria Valentina, minha filha pela capacidade de compreensão.

A meus irmãos: Jose, Josemar, Jodelmar, Jordânia,

Josélia, Joelma e Jorlânia pelo apoio.

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela oportunidade.

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é fruto da mobilização de muitas pessoas, que direta ou indiretamente, deram sua parcela de contribuição.

Agradeço à Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT pela oportunidade que me foi dada, em especial a Humberto, Socorro Silva e Tânia.

Ao Partido dos Trabalhadores, pela oportunidade de ter mostrado a saída para as mudanças na área de Educação no Brasil.

Ao meu orientador Pablo Siderski, agradeço de coração, pela paciência, perseverança e exigência no conteúdo, para a conclusão do trabalho com o mínimo de perfeição. Muito obrigada!

Aos companheiros do curso de Especialização principalmente, ao Carleuza, Lúcia, Jacira, Helder, Gerusa e Everaldo, quando nas horas de desânimos, mesmo distante, estiveram sempre me dando “injeções” de ânimo, nas longas conversas e discussões que tivemos ao longo do curso.

A Arilde que mesmo não sendo meu tutor, ajudou-me com muita responsabilidade e dedicação; agradeço de coração.

A todos os mestres do curso, pelos ensinamentos e rico aprendizado.

A professora Ramonildes pela insistência, pela dedicação, pelo apoio. Você é 10!

Algumas pessoas especiais, Karene, Bastinha e Maria por ter ficado com minha filha me substituindo e dando muito carinho.

A minha filha Victória Valentina minha fonte de energia, onde eu me abasteço a cada dia para enfrentar a vida.

A Nicole Weber e Juliermison pelo companheirismo e apoio incansável.

SUMARIO

DEDICATORIA

AGRADECIMENTO

SUMARIO

LISTAS DE TABELAS	07
LISTAS DE ULUSTRAÇÕES	08
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	09
LISTADE ANEXOS	10
RESUMO	11
INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	17
CAPITULO II	21
CAPITULO III	24
CAPITULO IV	33
CONSIDERACOES FINAIS	37
BIBLIOGRAFIAS	37
ANEXOS	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Áreas de Assentamento do Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, PI.	14
Tabela 02 – Contratos e montante do crédito rural PRONAF A - ano fiscal 1999 – 2004.	23
Tabela 03 - Ocorrência dos Biomas brasileiros	24
Tabela 04 – População Residente Total (urbana + rural),	29

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Mapa ocorrência Cerrados no Brasil	25
FIGURA 01 - Mapa do Estado de Macroregiões	26
FIGURA 01 - Mapa Divisão territorial do Piauí	27
FIGURA 01 - Mapa do Território	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AG** - Aglomerado
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil
- Codevasf** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- DR** – Desenvolvimento Rural
- DT** - Desenvolvimento Territorial
- EMATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FETAG-PI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí
- FNE** - Fundo Constitucional de Investimento do Nordeste
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INTERPI** - Instituto de Terras do Piauí
- IPI** - Imposto sobre Produtos Industrializados
- IR** - Imposto de Renda
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- ONG's** - Organizações Não-Governamentais
- P. A** – Projeto de Assentamento
- PDA** – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
- PI** - Piauí
- Planap** - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba
- Pronaf** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROVAP** - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
- SDT** - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- SEMAR** - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais
- SEPLAN** - Secretaria Estadual de Planejamento
- STR** - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Uruçuí

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 – QUESTIONÁRIO	41
ANEXO 02 – RELACAO DAS ATIVIDADES PROJETOS	42
ANEXO 02 – PROJETOS ,ATIVIDADES, MODO DE IMPLANTACAO, COMERCIALIZACAO	46
ANEXO 02 – RESUMO DAS DIFERENCAS ENTRE PROJETOS	48
ANEXO 02 – INFORMACOES DAS FAMILIAS ENTREVISTADAS	49

RESUMO

Durante a década de 90, novos elementos e conceitos direcionam a construção de linhas de créditos específicas para a Agricultura familiar. A criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Legitimou na política agrícola brasileira os anseios dos setores organizado do meio rural. Confirmando e priorizando temas de referencia no meio acadêmico como: Desenvolvimento Rural, Territorialidade e Sustentabilidade. O território emerge como um espaço de oportunidade para novas dinâmicas sustentáveis tanto econômicas, produtivas e ambientais. Ainda como espaço em construção e de encontro das políticas pública. Este trabalho tem o objetivo de fazer uma avaliação das diferenças entre as múltiplas atividades financiadas pelo PRONAF A e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar. As hipóteses são: primeiro se as múltiplas atividades implantadas nos projetos desta linha de crédito, possibilitam diferentes resultados. Segundo se estas diferenças nos resultados devem-se a diferente forma de implantação dos projetos e nas varias formas de comercialização dos produtos. A pesquisa realizada estudou os tipos de projetos e a diversidade das atividades e as formas de comercialização no assentamento Santa Teresa, no município de Uruçuí, no estado do Piauí. O Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, onde está localizado o estrato da pesquisa tem exploração agrícola composto pela agricultura familiar e empresarial. O agronegócio da soja tem grande peso nesta região. Metodologicamente consta este estudo: pesquisa de campo – através de coleta de dados primários - onde foram aplicados questionários com agricultores beneficiados com o PRONAF A e entrevista com técnicos e lideranças sindicais. Outra etapa foi a análise dos dados secundários (projetos, cadastros, documentos e relatórios).

Palavras-Chave: Desenvolvimento Rural, Credito, Reforma Agrária e PRONAF A.

INTRODUCAO

A exploração predominante no Território Tabuleiros do Alto Parnaíba até meados dos anos de 1970 era pecuária extensiva e exploração da cultura da cana-de-açúcar para fabricação artesanal de cachaça e rapadura. Essas áreas exploradas do território pertenciam a proprietários que colocavam suas terras a disposição dos agricultores familiares meeiros que plantavam arroz, milho e feijão, produzindo aí pasto para o rebanho desses proprietários. Os agricultores familiares que possuíam a posse da terra, principalmente os localizados nas terras baixas, trabalhavam com fruticultura (banana e citrus). Com a chegada das fazendas patronais no modelo empresarial, foram ampliadas possibilidades de oferta serviços, assim como também a movimentação do comércio regional. Boa parte da mão-de-obra do meio rural migrou para sede dos médios municípios em busca de oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida, reduzindo drasticamente a população rural e provocando desequilíbrios de gênero e geração, tanto no centro urbano com rural.

Um das fontes de renda dessa região era a produção de frutas, enormes pomares identificavam, às vezes, o município como é o caso Landri Sales produzia citros em grande quantidade e Antonio Almeida produzia banana e abacate essa atividade agrícola abastecia o mercado regional com bananas, tangerinas, laranja e lima. O meio rural ainda produzia as culturas anuais (feijão, milho e arroz) e culturas para beneficiamento artesanal como cana-de-açúcar (cachaça), mandioca (farinha). Outra atividade é a pratica extrativa principalmente de frutas típicas do Cerrado.

No Cerrado Piauiense observa-se claramente que a agricultura familiar, situa-se com maior freqüência em áreas de baixões¹ que ficam "espremidos" entre os grandes projetos de soja da agricultura empresarial, que se localizam na parte alta chamada de "cerrado", onde as terras são mais planas possibilitando o uso da mecanização. Atualmente a exploração agropecuária do Cerrado é composta por agricultores familiares (assentados, meeiros, posseiros), que mantém o mesmo modelo de exploração, reconfigurada por novos sujeitos: fazendeiros que vieram do sul (gaúchos) e do centro oeste (goianos), que produzem em

¹ Esta região apresenta dois distintos padrões. Um de Cerrado, nas partes altas (chapadas), que possui vegetação típica do Cerrado, onde se instalou a moderna agricultura, principalmente empreendimentos da castanha de caju, manga e pecuários. Outro de Cerrado nas partes baixas, denominadas "baixões", desenvolvido de modo familiar, com práticas agrícolas rudimentares, como o cultivo praticado, a *roça do toco* (modelo de roça e queimada da vegetação original, posteriormente o cultivo da terra por dois a três anos consecutivos, e posterior *pousiu*. Nesta região ainda é forte o extrativismo, especialmente do pequi, babaçu e buriti.

grandes fazendas de monocultivo de grãos, utilizando o sistema de assalariamento, uso da mecanização e grande ingresso de insumos agrícolas (adubos químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, etc.). Além disso, podemos apresentar alguns problemas sociais agrários desta região (falta de títulos da terra, grilagem, mercado ilegal de compra e venda de terras). Apesar disso é uma região aonde os conflitos existentes ainda não chegaram a atos de violência.

Quanto à infra-estrutura para acesso ao crédito existe apenas em dois dos doze municípios que compõe o território, com apenas duas agência bancarias (Banco do Brasil). Uma em Uruçuí e outra em Ribeiro Gonçalves. A malha viária principal é trafegável, porém com revestimento primário em péssima situação de conservação. Dos problemas ambientais mais graves o desmatamento da vegetação nativa para dar espaço para agricultura e pecuária é que mais preocupa, acrescido de uma considerável prática de desmatamento para a produção de carvão. Há inúmeras carvoarias instaladas no território e um grande número já está funcionando com uma média de 20 a 100 fornos, que funcionam diuturnamente. Além disso, outro sério problema estrutural da região é o processo de erosão aparecem em várias áreas com forte tendência à desertificação.

Somente em 1994 inicia-se a implantação dos primeiros assentamentos nesta região. No período de 1994 a 2005 houve uma rápida evolução, que está intimamente ligada às novidades na área da Política Fundiária e de Crédito do país. Atualmente estagnou, ou seja, essa forma de apropriação de terras pelos agricultores familiares ainda é lenta existem apenas 12 assentamentos implantados no espaço de tempos de treze anos, isso é pouco para o grave problema social da terra neste território, porque a maioria dos agricultores familiares não tem posse da terra. Existem apenas dois assentamentos do Programa Nacional do Crédito Fundiário (Assentamento Santo Expedito – município de Jerumenha e Patos em Marcos Parente).

É importante ressaltar que, devido ao alto valor das terras nesta região do cerrado e pela dificuldade de identificar a verdadeira área dos imóveis. São ao todo dez assentamentos do INCRA, funcionando com precariedade em infra-estrutura básica (energia, água, habitações, etc.). Isto acarreta inúmeras evasões nestes assentamentos. A demora na liberação dos créditos é outro fator de desmotivação das famílias. Assim, torna-se visível a ociosidade das áreas em muitos lotes nos assentamentos organizados pelo INCRA. Verifica-se também, que em todos os assentamentos existem lotes abandonados. Em alguns assentamentos isso chega a representar mais de 50% com é o caso do Mobraza, que mesmo tendo capacidade para 400 unidades familiares, encontra-se atualmente com menos de 150 lotes ocupados. A tabela

1, a seguir, apresenta o perfil quantitativo dos assentamentos, relacionando número de assentados, por assentamento e município componente do território.

TABELA 1 – Áreas de Assentamento do Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, PI.

<i>Assentamentos</i>	<i>Municípios</i>	<i>Capacidade (nº famílias)</i>	<i>Área (hectares)</i>	<i>Órgão Gestor</i>
Flores	Uruçuí	250	11.909,00	INCRA
Santa Teresa	Uruçuí	70	2.100,00	INCRA
Beleza	Antonio Almeida	59	1.108,00	INCRA
São Benedito	Landri Sales	80	3.670,68	INCRA
Veredas	Landri Sales	200	12.066,80	INCRA
Lagedo	Sebastião Leal	45	1.460,00	INCRA
Regalo	Porto Alegre do Piauí	150	3.532,22	INCRA
São Mateus	Canavieira	321	7.823,25	INCRA
Riacho do Mato	Jerumenha	180	4.650,00	INCRA
Mobrasa	Jerumenha	400	18.195,00	INCRA
Santo Expedito	Jerumenha	15	427,74	PNCF*
Patos	Marcos Parente	18	480,00	PNCF
Total	08	1.755		

* PNCF – Programa Nacional do Crédito Fundiário.

O fato é que, a passagem de sem terra para assentado beneficiado com terra e crédito não difere em nada do modelo de exploração anterior. Nos assentamentos ainda são mantidos o modelo tradicional da região, com: queimadas, desmatamento, baixa aplicação de tecnologias para conservação do solo e da água, acrescentando o uso desordenado de produtos químicos. Às vezes uma ou outra família foge do tradicional pela condição econômica. Não há introdução de novas ações no ciclo da exploração agrícola e pecuária para que seja voltada para sustentabilidade.

Há em alguns assentamentos a reprodução das atividades e forma de exploração das fazendas patronais; sendo equipamentos e maquinários (tratores), verdadeiros sonhos de consumo desses assentados, na maioria das vezes barrados pelos agentes financeiros (banco) e escritórios de elaboração de projetos (EMATER, STR, etc.). Surge aí a crise entre o desejado e o possível no acesso ao crédito.

Outros fatores acirram essa crise. Primeiro a do limite financeiro, dessa linha de crédito, que sendo um valor razoável e a forma de liberação ainda muito aquém de atender a real necessidade dos assentados, portanto, incompatível à época ideal da liberação dos recursos com as atividades em campo. Segundo, os persistentes problemas de relacionamentos entre os assentados com os agentes financeiros e a assistência técnica, que por sua vez condicionam subsídios às atividades preconizadas pelo Zoneamento Agroecológico. Esse

problema além de pouco entendido ainda não é reconhecido pelos agricultores. Por último, na operacionalidade dos programas de crédito ainda é alta a rotina da burocracia. Antes do financiamento a reclamação é com a burocracia da documentação. Depois na operacionalização do financiamento a insatisfação dos assentados, quando descobrem que houve uma padronização da atividade financiada. O que acontece é que um ou outro foge a esses modelos, na maioria das vezes sindicalistas, que estão inseridos nas discussões nacionais das políticas públicas para o campo e outros processos de capacitação. Essa padronização das atividades tem aspectos positivos: incrementam em determinado momento o comércio local, fortalecendo o poder de compra ao assentado. Por outro lado os aspectos negativos são: Falta fiscalização na aplicação do recurso, atraso nas parcelas, falta capacidade de gerência e gestão.

É neste contexto que está inserido este projeto de pesquisa onde fizemos uma reflexão sobre as formas de implantação dos projetos produtivos das áreas de assentamentos e quais os resultados para as famílias e a agricultura regional. Assim sendo, algumas questões foram analisadas, a partir de uma questão chave: Em que medida e em que condições o PRONAF A contribui para consolidação e sustentabilidade da agricultura familiar no território tabuleiros do Alto Parnaíba? Buscamos responder essa pergunta, levantando as seguintes hipóteses: i) As múltiplas atividades implantadas nos projetos da linha de crédito do PRONAF A possibilitam diferentes resultados. ii) Estas diferenças nos resultados devem-se as diferentes formas de implantação dos projetos e nas várias formas de comercialização dos produtos. Para a comprovação ou não dessas hipóteses considerou-se os seguintes pressupostos: a) se as atividades financiadas apresentam resultados significativos e sustentáveis? b) buscando levantar as formas de comercialização e sua influência para a sustentabilidade das atividades: c) ampliando a oportunidade de comercialização.

O objetivo desse estudo é fazer uma análise das diferenças entre as múltiplas atividades financiadas pelo PRONAF A e sua contribuição para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Especificamente esse objetivo principal desdobrou-se em: i) Identificar os diferentes projetos implantados no assentamento Santa Teresa (Uruçuí); ii) Verificar e analisar as formas de implantação dos projetos e as formas de comercialização dos produtos e os resultados destes para reembolso do crédito.

Justificamos que, embora seja exista ainda um número muito baixo de assentamento no território, esses constituem oportunidades reais de sobrevivência e fortalecimento da Agricultura Familiar nesta região, principalmente para aqueles estão no meio rural e não tem terra e para aqueles que vivem no meio urbano com poucas possibilidades de trabalho.

Justificamos ainda, o fato de que as linhas de crédito para projetos produtivos, possibilitam a estruturação do lote fortalecendo vínculo das famílias com a terra.

Por fim, concordamos que os assentamentos são espaços ainda em construção constituindo assim verdadeiras oportunidades de reversão do processo de produção predador para buscar sustentabilidade. Entendendo que as mudanças implementadas nas práticas e técnicas definidas e priorizadas para implantar determinada atividade pode variar com o modelo de exploração em uso.

A realização desse estudo resultou na elaboração desta monografia, atendendo, portanto, uma das exigências epistemológicas e empíricas do Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável (*CEDRUS*).

CAPITULO I

Neste primeiro capítulo destacam-se um conjunto de referencias teóricas que darão suporte ao tema central da pesquisa PRONAF A e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar. Trabalharemos *Conceitos de Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável, Território*, que tem, em principio aporte teórico em: Wanderley, Carvalho, Bernardo

1. Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre *Desenvolvimento Sustentável* permeia diversos setores da sociedade, no meio acadêmico, movimentos sociais, meios de comunicação. Os setores fazem reflexões, constroem conceitos, realizam debates. Os veículos de formação e informação variam de teses, livros e revistas. Buscando a concretização das políticas públicas através da garantir da participação dos atores sociais construção desse processo considerando alguns

aspectos como: responsabilidade ecológica, equidade social e participação considerando esta parte intrínseca do desenvolvimento.

A definição de desenvolvimento sustentável se relaciona diretamente com uma nova postura social, econômica e ambiental. Mais que um modismo e uma perspectiva de mudança de postura diante do desafio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. As reflexões sobre desenvolvimento sustentável possibilitam-nos a avistar no horizonte perspectiva de melhor qualidade de vida as próximas gerações.

2. Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar permeia as discussões e reflexões no meio acadêmico e no movimento social. Basto reflete citando vários autores para caracterizar a agricultura familiar.

Conforme Bastos (2005), o estado reflete o conceito e a caracterização da agricultura familiar a área da propriedade, renda, contratação de mão-de-obra assalariada e valor bruto da produção. "*O Estado, através do PRONAF, considera agricultor familiar àquele que reside numa gleba de terra com o máximo de quatro módulos fiscais – ou próximo dela – e possua mais as seguintes características: no mínimo 30% de suas rendas, agropecuárias ou não, sejam provenientes do estabelecimento; contrate até dois empregados permanentes/ano; e o valor bruto da produção não ultrapasse o limite máximo de 60.000 reais*". (Como se trata de cit(FULANO DE TAL, ano, p. ?)

Segundo Basto (*op.cit*), outra reflexão relaciona a forma de exploração e gestão quando cita Veiga, "a agricultura familiar como unidades onde há: trabalho e gestão intimamente relacionados, gestão direta pelo chefe da família, ênfase na diversificação e na durabilidade dos recursos, trabalho assalariado complementar e rapidez nas decisões. A agricultura patronal seria caracterizada pela gestão delegada, produção especializada e dependente da mão-de-obra assalariada.

Wanderley (1996) conceitua Agricultura Familiar fazendo referência a família como detentora dos meios de produção e da realização das atividades da propriedade, ligando essa condição ao comportamento econômico e social dessa. Afirmando o fator benéfico das famílias realizarem combinações entre técnicas que foram acumuladas ao longo do tempo resultando numa relação voltada para o equilíbrio entre as atividades agrícolas e pecuárias.

“A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da

agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global." (WANDERLEY, 1996 p. 3).

Segundo, Carvalho (2003) A modernização do capitalismo no meio rural, vivenciado a partir da década de 70, apontam contínuas mudanças nas tecnologias e nas relações de trabalho no ramo das empresas agropecuárias. Tal mudança na forma de produzir, criar, organizar a produção e trabalho e a utilização de determinados insumos tem fim para produzir para exportar. Esse modelo apresentado como moderno cria dependências e coloca em risco a saúde humana, o meio ambiente. É excludente do ponto de vista social e econômico. Os valores dominantes ao longo da história direcionam as políticas públicas para a agricultura familiar brasileira. É essa ideologia hegemônica que se concebe de desenvolvimento rural e que os agricultores familiares tentam reproduzir equivocadamente. Alguns conseguiram certa autonomia com a adoção do modelo empresarial devido situação oportuna (proximidade dos mercados e ter capital), isso é minoria. O outro grupo que é majoritário devido a diversos fatores ligados a situação fundiária, acesso aos mercados, assistência técnica inadequada etc. não conseguiram sair da dependência permanente de políticas compensatórias.

3. Reforma agrária

A luta pela terra no Brasil tem ao longo da história deixado marcas profundas. O grande número de agricultores sem terra deixa evidência não só os problemas sociais, mais também ambientais. Apesar do imenso esforço os governos não consegue propor algo humano para a Reforma Agrária no Brasil. As respostas dada a essa pressão popular resultam em programas que contribuíram em alguns caso para agravar mais ainda tal problema. Bernardo (2003) demonstra as visões sobre reforma agrária partem de paradigmas e que o rumo desta depende do sujeito em questão (campesinato é sujeito, quando é o capital e ou o Estado), afirmando que

"O paradigma da desintegração do campesinato não vê a reforma agrária como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, pois considera a agricultura capitalista como predominante e essencial. Nesse sentido, a reforma agrária é uma política compensatória e deve considerar principalmente as atividades não – agrícolas, conforme a tendência da pluriatividade. O paradigma da agricultura familiar entende como reforma agrária as políticas que possibilitem o acesso à terra, mesmo que por meio de compra e venda, privilegiando a integração ao mercado, por meio da especialização da produção em determinados sistemas agrários. Defende a capitalização e a diferenciação dos agricultores como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário. O paradigma da produção capitalista das relações não capitalista de produção compreende a reforma

agrária como uma política importante de distribuição da terra, como forma de recriação do campesinato ou para impedir a sua destruição. O mercado e a capitalização são processos que devem ser pensados no campo da luta e da resistência. Ao contrário dos outros paradigmas, neste, a luta pela terra é considerada como uma forma essencial para a formação do campesinato".(BERNARDO, 2003, p. 24)

Uma ampla política de assentamento é o que vem sendo realmente efetivada através de uma seqüência de programas e políticas públicas pensadas a partir de lógicas que nem um pouco se aproxima do desejo real dos agricultores sem terra.

CAPITULO II

Neste capítulo será apresentado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Analisando os aspectos do estudo referente às contribuições para o fortalecimento e sustentabilidade para Agricultura Familiar no Território Tabuleiros do Alto Parnaíba. Nossa primeira intenção foi caracterizar essa política pública possibilitando melhor entendimento de seus objetivos, finalidades e público alvo. Ainda perceber a importância da modalidade específica para os assentados, ou seja, fazer uma análise de seu desempenho e papel.

1. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

1.1. Momentos históricos do PRONAF

A década 90 foi marcada por mudanças profundas para o meio rural. Em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), operando com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), o enquadramento dos agricultores reunia todos grandes e pequenos. Em 1995 foi à linha de crédito Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É a partir de 1996 que se iniciam as inovações significativas na Política Agrícola Brasileira, pois de linha de crédito passa a ser um programa governamental seus recursos passam a ter origem direta no Orçamento Geral da União (OGU). Além da força política de setores organizados do meio rural alguns documentos e estudos tiveram importância fundamenta na construção desse programa. Um exemplo é o estudo realizado em conjunto pela FAO/INCRA que conceitua a Agricultura Familiar estabelecendo diretrizes especificando as diferentes categorias de agricultores familiares

Segundo Schneider (2004), a criação do PRONAF é um marco nas políticas públicas para o meio rural, ressaltando que

“Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos

produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência” (SCHNEIDER, 2004 p. 1).

1.2. Objetivos e Finalidade do PRONAF

Conforme o Manual Operacional do PRONAF, quatro grandes linhas obedecem a operacionalidade, deste: i) Crédito de Custeio e Investimento para atividades produtivas rurais; ii) financiamento de infra-estrutura e serviços municipais; iii) capacitação e profissionalização dos agricultores; iiiii) financiamento da pesquisa e extensão rural. O programa busca o fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir do apoio técnico e financeiro, para promoção do desenvolvimento rural sustentável. Através do fortalecimento da capacidade produtiva, contribuir para a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Ainda adequar às políticas públicas à realidade dos agricultores, ofertar infra-estrutura que viabilize melhorias no desempenho produtivo dos agricultores familiares, elevar o nível de profissionalização através do acesso aos novos padrões de tecnologias e gestão. Social, enfim propiciar acesso dos agricultores familiares aos mercados de insumos e produtos. Essa linha de crédito trouxe uma grande inovação que foi caracterização dos agricultores partindo de critérios que têm como referência a origem da renda e renda anual, a área explorada e detida, condição de exploração da terra, mão-de-obra utilizada, localização da residência.

Até o início da década de 1990 as proposições e ações de combate a exclusão social e redução da pobreza rural foram tímidas e pouco ousadas. O crédito rural durante longo tempo unificava seu público beneficiário, sendo que os maiores tomadores de crédito sempre foram os grandes agricultores. Atualmente o PRONAF classifica esses tomadores de crédito tendo como fator lógico a inclusão social, ambiental e econômica. A definição de uma tipologia de agricultores familiares: Grupos A e A/C, para beneficiários de reforma agrária e Grupos B, C, D, e E, dependendo da renda bruta anual do agricultor. São considerados também como beneficiários os remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que se enquadrem nas mesmas exigências relativas aos agricultores familiares, ou seja: que explorem glebas como proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros. Além destes, podem também se beneficiar do programa: pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores e aquícultores, enquadrados em cada grupo consoante suas rendas e a caracterização da mão-de-obra utilizada. Além das linhas de crédito específicas para cada um dos seis grupos, foram contempladas outras formas de acesso ao crédito para reflorestamento, agroindústria, jovens e

mulheres, para o semi-árido. A modalidade mais nova financia culturas oleaginosas para produção de biodiesel.

Sua expansão foi acelerada para todas as regiões do país, apresentando se com o propósito de fortalecer a agricultura familiar, isso se confirma pela inclusão de grande quantidade de agricultores familiares que por algum fator encontravam-se excluídos do sistema bancário. Durante o período de seis anos o montante aplicado com relação ao numero de contratos em pouca variação. Conforme mostra tabela a seguir

TABELA 2 - Contratos e montante do crédito rural PRONAF A - ano fiscal 1999 – 2004.

<i>ANO</i>	<i>CONTRATOS</i>	<i>MONTANTE (R\$)</i>
1999	85.724	268.173.510,95
2000	96.167	466.133.781,00
2001	37.740	330.151.092,47
2002	41.644	417.157.924, 40
2003	45.292	541.513.040,37
2004	35.416	451.226.023,20

Fonte: Mattei,2005.

A nossa pesquisa teve como objetivo geral analisar as diferenças entre as múltiplas atividades financiadas pelo PRONAF A e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar, no município de Uruçuí, especificamente no assentamento Santa Tereza, onde diferentes projetos implantados. Também verificar e analisar as formas de implantação dos projetos e as formas de comercialização dos produtos e os resultados destes para reembolso do credito.

As informações necessárias para análise final, foram coletadas, principalmente, através de entrevistas, aplicação de questionário e pesquisa documental. Foram aplicados 20 questionários junto à família assentados, 01 entrevista com técnico do EMATER e 01 entrevista com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Uruçuí.

A aplicação dos questionários buscou identificar as atividades acessadas, informações sobre a família (renda, educação, etc.). Os entrevistados no assentamento representam 28 % do total das famílias e a 37 % das famílias que acessaram o credito Pronaf A. Nesta pesquisa priorizamos para discutir dois aspectos: Primeiro se as múltiplas atividades implantadas nos projetos da linha de credito do PRONAF A possibilitam diferentes resultados. Segundo se estas diferenças nos resultados devem-se a diferente forma de implantação dos projetos e nas varias formas de comercialização dos produtos.

CAPÍTULO III

Neste capítulo, apresento uma breve caracterização e apresentação do território Tabuleiros do Alto Parnaíba-PI, abordando inicialmente o Bioma Cerrado. Em seguida trata-se da caracterização da política de desenvolvimento territorial no Estado e no território enfatizando a área selecionada para nossa pesquisa. Ressalto que os dados aqui apresentados neste capítulo foram coletados em diferentes fontes (órgãos e documentos).

1. Caracterização do bioma cerrado

As formações vegetais do Brasil Central denominadas “Tabuleiros”, até final do século XIX, mais recentemente foi substituído pelo termo “Cerrado”, referindo-se a vegetação existente. O Bioma cerrado ocupa 2.036.448km², ou seja, 23,92 % do território brasileiro. É o segundo maior bioma do Brasil, superado apenas o da Amazônica. Conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 3 – Ocorrência dos Biomas brasileiros.

<i>Biomas Continentais Brasileiros</i>	<i>Área Aproximada (km²)</i>	<i>Área / Total Brasil (%)</i>
Bioma AMAZÔNIA	4.196.943	49,29
Bioma CERRADO	2.036.448	23,92
Bioma MATA ATLÂNTICA	1.110.182	13,04
Bioma CAATINGA	844.453	9,92
Bioma PAMPA	176.496	2,07
Bioma PANTANAL	150.355	1,76
Área Total Brasil	8.514.877	1000

Fonte: <http://www.ibge.com.br/home/presidencia>

Possui fauna e flora rica e diversificada. Em sua fauna é caracterizada por predominância de “gramíneas rasteiras sob árvores e arbustos, em geral de cascas grossas, de troncos e galhos tortuosos e folhas coriáceas, brilhantes ou revestidas de numerosos pêlos e com raízes muito profundas”. Registram-se mais de 10 mil espécies de plantas, sendo que 4.400 delas endêmica dessa área. Na fauna estão presentes centenas de aves, mamíferos, répteis e anfíbios, alguns endêmicos. Essa rica e diversificada vegetação serve como

oportunidade de renda para os agricultores e agricultoras familiares, que coletam frutos, sementes e cascas.

Presente em quase todas as regiões do Brasil, com maior predominância na região Central do Brasil nos estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

Mapa 1- **Ocorrência do Bioma Cerrado no Brasil.**



Fonte: IBAMA, 2001.

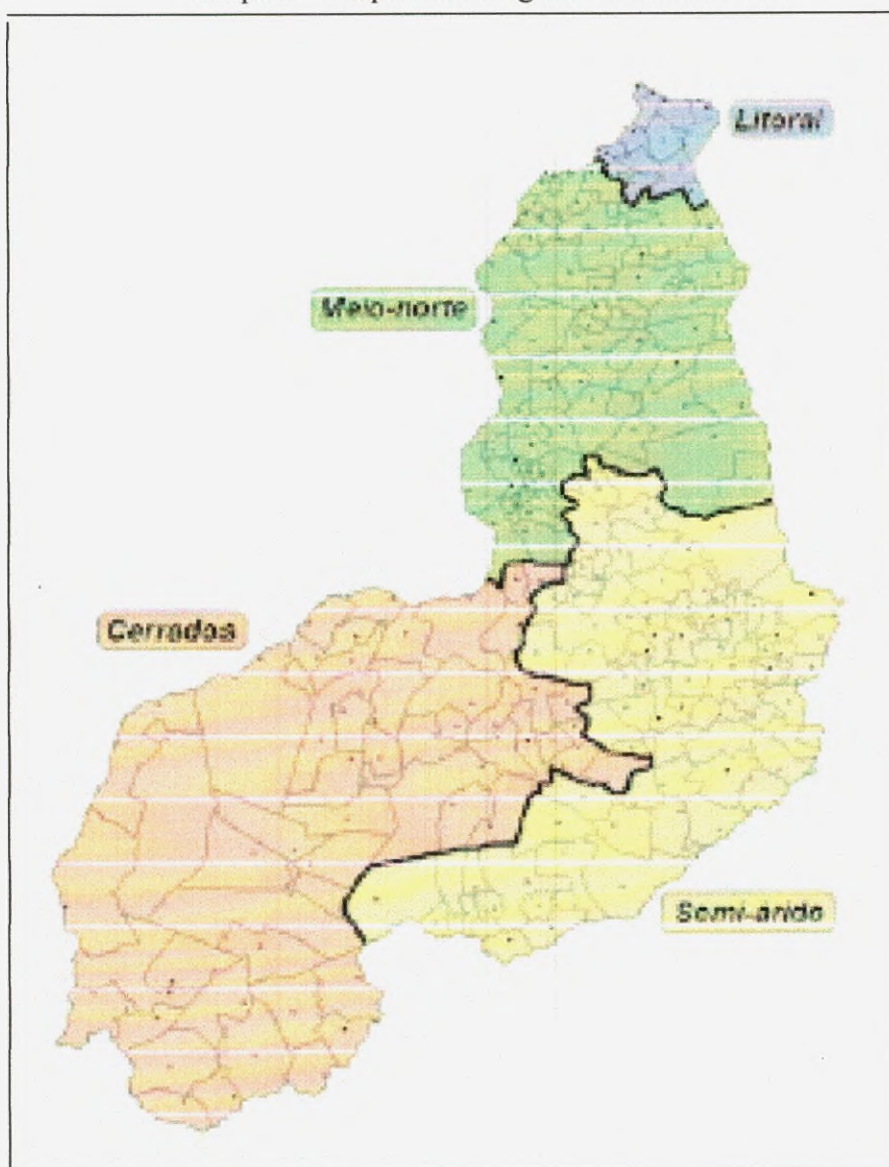
Os solos são bem drenados, profundos e pouco férteis sendo dos tipos latossolos vermelho-amarelo, senis, distróficos dependendo assim do uso de tecnologias.

O estado do Piauí, referindo-se a área, ocupa 16,20 % da região nordeste é o terceiro maior estado, ficando atrás apenas da Bahia e do Maranhão, o estado tem área de 250.930 km². O cerrado piauiense é o quarto do Brasil e o primeiro do nordeste. Localiza-se na região sudoeste e extremo sul do estado.

2. Antecedentes Históricos do Desenvolvimento Territorial no Piauí

O processo que iniciou a discussão da abordagem territorial no estado do Piauí vem desde 2003. *Os cenários Regionais* foi o grande momento da realização de um amplo diagnóstico para proposição de regionalização para o desenvolvimento de políticas públicas para ação integrada de planejamento participativo. De modo democrático e participativo diagnosticou-se, analisou-se foram feitas proposições embasadas em conceitos e metodologias participativas. Antes a divisão era a regionalização em macroregioes baseadas nas características dos biomas predominantes no estado que são: **Litoral; Meio Norte; Semi-Árido; Cerrado.**

Mapa 2 – Mapa Macroregiões do estado Piauí



Fonte: PTDRS - 2006

Os municípios do cerrado piauiense compõem três dos onze territórios da atual divisão política estadual (Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira). A SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento foi a proponente da construção da estratégia de mapeamento do estado em 11 Territórios Rurais de desenvolvimento e 27 aglomerados de municípios. Foram mapeados dentro dos territórios, Aglomerados (AG) de Municípios, com realidades semelhantes no que se refere a: aspectos sócio-culturais, vocações produtivas, fluxos de relacionamento - infra-estrutura e serviços disponíveis como: estradas, transportes, serviços bancários, de saúde, de educação. Os 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado são: 1- Planície Litorânea; 2- Cocais; 3- Carnaubais; 4- Entre Rios; 5- Vale do Sambito; 6- Vale do Guariba; 7- Vale do Canindé; 8- Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira; 9- Serra da Capivara; 10- Tabuleiros do Alto Parnaíba; 11- Chapada das Mangabeiras.

Mapa 3 – Divisão Territorial estado do Piauí



Fonte: PTDRS - 2006

Para reforçar o processo de discussão política da abordagem territorial foram construídos em parceria com a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – PLANAP e em parceria com a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Construídos a partir de metodologias participativas permitindo a efetiva participação dos atores sociais dos municípios.

3. Caracterização Territorial: Território Tabuleiros do Alto Parnaíba.

Localizado a sudoeste do estado na macroregião dos cerrados, é o maior território rural de desenvolvimento do estado do Piauí, faz fronteira com o estado do Maranhão. O Tabuleiro do Alto Parnaíba é composto por 12 (doze) municípios (Antonio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Bertolinia, Canaveira, Guadalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Sebastião Leal, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí).

Mapa 4 –Territorio Tabuleiros do Alto Parnaíba



Fonte:

Fonte: PTDRS - 2006

Representa uma área de 13,04% da área do estado, ocupa uma área de 33.083,8 km², ocupada apenas por 2,40 % da população, sua densidade media é de 29,49 habitantes/km².

TABELA 4 - População Residente Total (urbana + rural), área em km², densidade em hab/ km² e eleitores dos municípios que compõem o território.

<i>ALTO PARNAIBA</i> <i>MUNICÍPIOS</i>	<i>POPULAÇÃO</i>			<i>DENSIDADE</i>	<i>Nº DE</i>
	<i>URBANA</i>	<i>RURAL</i>	<i>TOTAL</i>	<i>Hab/Km²</i>	<i>ELEITORES</i>
Antonio Almeida	1916	935	2851	11,88	2497
Baixa Grande do Ribeiro	3.656	4.123	7.779	23,94	4.567
Bertolinia	3.537	1.580	5.117	18,88	3.627
Canavieira	1.854	2.260	4.114	22,86	2.637
Guadalupe	9.596	712	10.308	58,24	6.334
Jerumenha	2.594	1.921	4.515	31,14	3.320
Landri Sales	3.901	1.727	5.628	18,15	3.660
Marcos Parente	3.054	1.225	4.279	15,62	3.621
Porto Alegre do PI	1.201	1.220	2.421	13,45	1.372
Ribeiro Gonçalves	2.990	2.732	5.722	27,25	3.964
Sebastião Leal	1.408	2.427	3.835	10,65	2.557
Uruçuí	11.112	5.899	17.011	101,86	10.218
Total/ Média	44.903	25.826	70.729	29,49	45.877
Percentual	63,49	36,51			

Fonte: Estudo Propositivo TAP - 2006

A maioria dos municípios que compõe esse território apresenta população urbana maior que a rural. Mesmo assim são municípios essencialmente rurais, pois sua população é flutuante entre o centro urbano e o meio rural, ou seja, residem num local e trabalha noutro, conforme argumenta Jose Eli da Veiga (2001), que algumas famílias mesmo residindo na sede dos municípios, continuam exercendo atividades rurais, portanto se considerarmos, essa taxa, deve subir significadamente, caracterizando esses municípios como essencialmente rurais.

4. Caracterização do Município de Uruçuí

O município de Uruçuí situa-se a sudoeste do estado, na Mesorregião dos cerrados Piauiense na Microrregião do Alto Parnaíba. Sua área física é de 8.578,5 km², equivalente a

3,57 % da área total do estado do Piauí. Está a uma distância de 456 km da capital Teresina. Banhado por dois rios perenes Uruçuí Preto e pelo rio Parnaíba possui uma rica malha de recursos hídricos (riachos, lagoas, lago e açudes).

A população do município de Uruçuí em 1991 era de 15.661 em 2000, ou seja, seja em 9 nove anos cresceu uma média de 8,6 % passando para 17.011 habitantes. Outros dados importantes são: índice de mortalidades infantil reduziu de um valor de 81,32 em 1991 para 51,80 em 2000. A esperança de vida ao nascer de 1991 a 2000 aumentou de 5,57 anos. A fecundidade representada pelo número de filhos por mulher decresceu de 5,39 para 4,29 em 2000, cerca de 20,40 %.

A educação municipal não difere do geral do Brasil, sua qualidade do ensino é comprometida por conta dos baixos salários dos profissionais envolvido na educação, infraestrutura, qualificação profissional, número de profissionais da educação aptos o que além de provocar uma baixa qualificação do aluno, evasão escolar, eleva os índices de repetência. A educação do meio rural é totalmente desqualificada em infra-estrutura e recursos humanos. A taxa de analfabetismo em 2000 foi de 30,24 % maior que a taxa do Brasil que chegou a 27,7%, sendo que o número maior de analfabeto está entre jovens com mais de 25 anos. Observa-se que neste município existe desde o pré-escolar ao ensino superior oferecido pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Ainda programas específicos como Educação de jovens e adultos (EJA), Educação Solidária. Na área de Saúde há carência de infra-estrutura e pessoal. Há apenas oferta de atendimento básico e pequenas cirurgias. A população desloca-se para Floriano ou para capital Teresina para acesso aos serviços de saúde em casos mais graves.

O IDH-M de Uruçuí cresceu 20,50% passando de 0,517 em 1991 para 0,623 em 2000, o componente que mais contribuiu foi a educação 53,1%, seguida pela longevidade 28,9% e renda 17,9% assim considerada de médio desenvolvimento humano. Sua renda *per capita* é de 40,2%.

No município é desenvolvida a agricultura familiar e empresarial ou agronegócio. A agricultura familiar caracterizada baixa produção e produtividade pouco acesso a tecnologias, a assistência técnica. Realiza práticas seculares como queimadas. Ao contrário disso a agricultura empresarial verifica-se a utilização de tecnologia moderna, uso de insumos (adubo, semente certificada, pesticidas), observando-se maior produção e produtividade. A soja produzida em escala comercial ocupa uma área de 63.423 hectares com uma produção de 69.626 toneladas, Uruçuí é o maior produtor do estado.

Na pecuária o desenvolvimento é lento uso de baixa tecnologia e predomina do sistema extensivo para os criatórios de aves (galinha), ovinos, caprinos, suínos bovinos, principalmente na Agricultura Familiar. Outra atividade desenvolvida no meio rural é o extrativismo de frutos da fava d'anta, buriti, coco babaçu, pequi dentre outros.

A agroindústria empresarial é representada pela BUNGE ALIMENTOS instalada no município de Uruçuí beneficia soja. Na agricultura familiar encontramos pequenas beneficiadoras de arroz, casas de farinhas, olarias, engenhos (melaço e rapadura), alambiques (cachaça), beneficiadoras artesanais de óleos e sabão. (buriti, pequi, coco babaçu). Possui áreas de baixão e chapada com cobertura vegetal específica. Nos baixões as palmeiras de coco babaçu, buriti aponta local de solos úmidos e altamente férteis. Já nas chapadas encontramos pequi, fava d'anta, mangaba, faveira de bolota.

Quanto a Estrutura fundiária pode-se observar forte concentração de terra nesse município o que se assemelha a realidade do estado. Essa realidade confirma "o negócio de terras" excluindo os que não tem condições dele participar. Na estrutura fundiária do município observa-se que a maioria é proprietário da terra. Segundo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, somente em 2004, foram assentadas 365 famílias. Em dois assentamentos (Flores e Santa Teresa), onde já foram iniciada a implantação de infraestrutura básica (água, energia e moradia), projetos produtivos coletivos e projetos da linha de crédito específica para assentados PRONAF A

5. Caracterização do Assentamento Santa Teresa - Área da pesquisa.

A área da pesquisa foi o assentamento Santa Teresa situa-se na microrregião do Alto Parnaíba, o município de Uruçuí, no estado do Piauí a uma distância de 22 km da sede com estrada de fácil acesso (asfalto). A fazenda Santa Teresa I, situada no município de Uruçuí - PI pertenceu ao Sr. Elmar Leitão, fazendeiro local e ex-prefeito do referido município. Nesta propriedade, algumas famílias trabalhavam no cultivo de arroz, milho e feijão. As famílias que formaram o assentamento alguns trabalhavam como diarista, outros plantavam na área sem pagar qualquer renda, deixavam simplesmente o pasto para o gado. Através da solicitação do Sr. Eduardo Burgos, superintendente estadual do Banco do Brasil S. A. foi aberto o processo de desapropriação do imóvel, onde a mesma encontrava-se hipotecada. A desapropriação desta fazenda foi feita no dia 04 de outubro de 1999.

Após a imissão de posse da terra, em 14 de dezembro de 1999, o STR de Uruçuí convocou as famílias interessadas nesta área de reforma agrária e, junto com representantes do INCRA, fizeram seus cadastros, um total de 70 (setenta) famílias, todas oriundas do próprio

município. Daí começou o processo de organização, onde cerca sete destas famílias mudaram-se para o local em fevereiro de 2000, onde construíram pequenos barracos de palha. Com o passar do tempo, foram chegando outras famílias, totalizando 36 famílias no final eram 70 famílias.

Estas famílias lotearam uma pequena parte da terra onde pretendiam morar, e demarcaram 70 lotes de 40 x 50m chamada de agrovila ou área urbana. Iniciaram seus plantios de fundo de quintal (caju, macaxeira, banana, manga e etc.). Esta área fica próxima dos açudes existentes, dos quais a água era utilizada para tomar banho, lavar roupas, irrigar canteiros e outras plantações. A água existente não era propícia para o consumo humano, mais conseguiram água potável, através de um carro pipa fornecido pela Prefeitura Municipal. A organização do assentamento, representados pela associação. Atualmente o mora no assentamento 69 (sessenta e nove), famílias uma a menos de sua capacidade. Desse 54 acessaram pronaf A.

CAPITULO IV

Neste capítulo apresentam-se a pesquisa de campo. Os dados aqui expostos foram realizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e no escritório Regional do EMATER em Uruçuí e no próprio assentamento Santa Teresa. A nossa pesquisa teve como objetivo geral analisar o PRONAF A e sua contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar, no município de Uruçuí, no assentamento. Especificamente Identificar os diferentes projetos implantados no assentamento: Santa Teresa (Uruçuí) e Verificar e analisar as formas de implantação dos projetos e as formas de comercialização dos produtos e os resultados destes para reembolso do crédito

1. Resultado da pesquisa de campo – Procedimentos metodológico

A análise dos dados são fases que envolvem a consolidação, resumo, e interpretação, é um processo de dar sentido, um significado uma resposta. Um processo em movimento que olha e observam os dados na busca da confirmação ou negação dos dados hipóteses levantadas para o estudo. A pesquisa fundamentou-se em levantamento de documentação bibliográfica e estatística para análise (dados secundários), realizados em instituições vinculadas direta ou indiretamente, às questões agrárias e créditos existentes no estado, no território no município de Uruçuí, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Estado do Piauí.

Os dados iniciais foram coletados através de pesquisa de campo, realizada no assentamento Santa Teresa com os assentados(as), por meio de aplicação de entrevistas e questionário aberto. A pesquisa abrangeu também o (PDA) do assentamento, para averiguar o alinhamento e a evolução das proposições dos assentados(as).

Foram realizadas ainda entrevistas com os técnicos do escritório local da EMATER de Uruçuí, onde se analisou as planilhas de que, para verificar as atividades acessadas em cada projeto. Foram tomados como base para o análise os projetos com grupos de assentados e as diferentes atividades, com diferente data de acesso, que abrangeu um universo de 69 assentados(as). Responderam um questionário aplicado pela pesquisa assentados e assentadas

escolhidos de forma aleatória. A seleção deste grupo veio do anseio em buscar resposta a indagações cotidianas dos assentados(as) que estão implementando o crédito do PRONAF A.

Outro fator que contribuiu para a escolha do tema e local: primeiro minha inserção nesta região como articuladora; segundo as facilidades de desenvolver uma ação com tema de interesse para região e por último é a facilidade ao acesso de pesquisa de campo. A área da pesquisa foi restrita a 01 (um) assentamento primeiro para dar qualidade ao produto final. Segundo porque a situação com relação à aquisição do crédito é muito parecida nos outros assentamentos do território. Nosso propósito na realização desta pesquisa não foi concretizar uma pesquisa isolada.

Estiveram envolvidos na construção desta monografia os atores locais, como: Diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, agentes de Desenvolvimento, consultor territorial e membros do Fórum Territorial de Desenvolvimento dos Cerrados Piauiense (FOTECE) e membros do Poder Público Local (secretários municipais). Os instrumentos utilizados foram revisão de documentos, relatórios e projetos, aplicação de questionários. Os sujeitos primários foram os assentados e assentadas, os sujeitos secundários foram representantes da sociedade civil organizada (STR, ONG's, etc.), autoridades públicas, técnicos da extensão rural estatal e privada e agente bancários por entender que estas pessoas estão indiretamente ligada ao tema em discussão.

Foram utilizados também dados e documentos: estatísticas elaboradas pelo IBGE, documentos constituídos pelas agências bancárias, pelos escritórios de assistência técnicas, etc. Os documentos bancários utilizados foram os projetos propriamente ditos e fichas de cadastro individual dos assentados(a). O acesso a essa documentação contribui na construção do perfil do assentamento bem como na definição dos grupos de trabalho. Foram coletados dados secundários sobre o assentamento Santa Teresa por meio de relatórios escritos, PDA e documentos disponíveis.

2. Assistência técnica

Quando da elaboração de projetos a agricultura familiar do Território Tabuleiros do Alto Parnaíba é atendida pelos técnicos escritórios regionais ou locais do EMATER ou majoritariamente pelos técnicos contratados pelos STR. Já a modalidade A tem ficado sobre a responsabilidade do EMATER.

Existem empresas privadas de elaboração de projetos agropecuários, mas estão mais voltadas ao setor agrícola empresarial. Apesar de dispor de infra-estrutura básica deficiente e inadequada (prédios, transporte, computadores e impressoras); recursos humanos insuficiente,

mal remunerados e com pouca oportunidade de capacitação mesmo assim é uma das únicas instituições para que os agricultores familiares possam ter acesso ao crédito.

Atualmente o quadro de pessoal no escritório regional de Uruçuí conta com 02 técnicos de nível superior (um agrônomo e um médico veterinário), um administrativo. Infra-estrutura básica consta de sede alugada, três computadores, internet e mobiliários, uma moto, um carro utilitário (Toyota modelo bandeirante), um carro de passeio (Fiat Uno).

Da taxa de elaboração e acompanhamento das operações realizadas oriundas do pronaf 40% ficam para a instituição e 60% para o técnico. As 54 operações realizadas no assentamento Santa Teresa foram elaborada pelo um único técnico que além desse assentamento assiste outro no mesmo município com mais de duzentas famílias. Em fim, o estudo sobre a assistência técnica realizada no assentamento demonstrou que não houve continuidade e constância necessária da presença da ATER, havendo uma concentração de visita na implantação dos projetos.

O resultado evidenciado na pesquisa os entrevistado consideraram a assistência técnica regular - 46,7%, ruim - 33,3 %, boa 20%. Isso resulta de um esforço individual do técnico devido as condições de trabalho em que é exposto. Nesse sentido, para Bastos (2005) a atuação da assistência técnica está intimamente relacionada com o desenvolvimento instrucional

"que, além de oferecer condições mais operativas para se enfrentarem os desafios do cotidiano, em infra-estrutura, política de estímulo e capacitação, possa fomentar um processo de mudança de comportamento e de conduta individual e coletiva, entre os mediadores e o público-alvo, para que se potencialize o resultado de políticas como a do PRONAF B. Para isso, é importante, nesse DI, o desenvolvimento e a implantação adequada de um sistema de informações e a readequação de sua infra-estrutura física, desde a organizacional, até a disposição de meios para o trabalho"(BASTOS, 2005, p. 109).

3. Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Atualmente os sindicatos desempenham um triplo papel. Primeiro de representação de classe. Segundo elaboração de projetos de crédito, a exemplo do PRONAF. Por fim realizam a pré-operacionalidade dos processos de aposentadorias e auxilia-maternidade, dentre tantas outras atividades a auxílio e assistência às famílias de agricultores.

Alguns desses sindicatos são verdadeiros espaços familiares com baixa rotatividade de pessoal na gestão dessas instituições, ou seja, ano após ano uma família mantém-se frente a diretoria. Há pouca busca por informações principalmente no campo da capacitação pessoal – técnica e social ainda em gestão, produção e meio ambiente, como das informações dos programas e políticas públicas. Na elaboração dos projetos do assentamento Santa Teresa o

STR de Uruçuí tem função de mobilizar e sensibilizar, através de informações sobre o PRONAF. Foi citada na pesquisa de campo a presença de diretores nas reuniões do assentamento.

4. Assentados beneficiários

A decisão do acesso ao crédito na maioria das vezes não tem sido do conjunto da família, geralmente do "chefe da família" e condicionada a necessidade de permanência no assentamento, ou seja, essa linha de crédito é usada com estratégia para permanência da família no meio rural.

Quem define o período é do INCRA ou a UTE- Crédito Fundiário (somente após a aplicação total dos recursos de implantação do assentamento pode ser acessado o PRONAF). Das 70 famílias assentadas apenas 54 tiveram seu projeto aprovado. As dificuldades mais frequentes apresentadas para acesso a essa linha de crédito foram: problemas com documentação pessoal (comprovante eleitoral, título, RG, CPF) e inclusão do nome em Serviços de Proteção ao Crédito (SPC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi analisar o produto proposto, considerando-se as seguintes hipóteses: Primeiro se as múltiplas atividades implantadas nos projetos da linha de crédito do PRONAF A possibilitam diferentes resultados. Segundo se estas diferenças nos resultados devem-se a diferente forma de implantação dos projetos e nas varias formas de comercialização dos produtos.

Analisando as informações do processo de mobilização, sensibilização elaboração e implantação dos projetos para ajudar a responder a pergunta em questão – Em que medida o PRONAF A contribui para o fortalecimento da agricultura familiar? Considerando-se que o assentamento apresenta-se como espaço em construção. a partir dos dados coletados encontramos um espaço diversificados.

Referente à renda há uma disparidade entre a menor (menos de R\$ 380,00) e maior valor (R\$ 1.500,00). Além das atividades agropecuárias varias outras são desenvolvidas como componente da renda, mecânica de bicicleta, moto e maquinários e implementos agrícolas, promotora de venda, costureiras, sacoleiras, comerciantes, moto taxista, etc. Escolaridade vai desde assentados analfabeto a outros com nível superior (essa é um exclusividade do gênero feminino - licenciaturas).

Observou-se também que os assentados têm pouco domínio para acessar essa política pública está noutras instancias como: Unidade Técnica Estadual – PNCF, equipe técnica do INCRA e setor de crédito das agências bancárias. O processo de sensibilização e mobilização é realizado de forma a induzir não só o acesso ao crédito, como na definição das atividades e no valor total do financiamento. Na definição dos projetos há uma predefinição dos técnicos, ou seja, um projeto forma grupos que compõem as mesmas atividades. Mesmo o acesso não sendo uma definição do assentado pela sua necessidade de estruturar o lote e manter-se no assentamento este aceita participar de um grupo onde as atividades financiadas não é sua proposição.

A presença da EMATER restringe a elaboração e inicio da implantação dos projetos. O acompanhamento fica condicionado às liberações das parcelas de EMATER. Analisou-se que a Assistência Técnica vista pelos assentados como fator decisivo para o resultado negativo dos financiamentos e falência dos projetos, acumula algumas falhas históricas

resultado da falta de infra-estrutura, do sistema falido de ATER publica, falta de capacitação e reciclagem dos profissionais.

Buscou – se avaliar diferentes formas de implantação das atividades. Na área agrícola o assentado tem menos domínio das técnicas e praticas e sede a pressão de gestão e conhecimento do técnico e implanta, apesar da falta de conhecimento, a atividades agrícolas mecanizada sem estabelecer relações de gestor do recurso financeiro e de proprietário, já que os contratados para desempenhar as atividades iniciais (mão-de-obra, maquinários e insumos) o técnico desempenha essa função de gestor. Já a atividades de pecuárias são implantadas pelos agricultores porque a EMATER tem pouco domínio nesta área pela ausência de profissionais especializados (zootecnista e veterinário), sendo que a aquisição dos animais é realizada novamente pelo técnico.

Nos projetos se identificou duas atividades: agrícolas e pecuárias. Sendo que a atividade pecuária (suinocultura) é uma referencia na composição da renda familiar.

Pela análise do trabalho e dos dados, levando em consideração as limitações, conclui-se que as possibilidades dos resultados e das diferenças estão ligadas não apenas a forma de implantação ou de comercialização, mais a todo processo (da sensibilização ao processo final de comercialização.). E que faz se necessário realizar mudanças no processo para que PRONAF possa efetivamente cumprir o papel proposto.

As etapas que antecedem a implantação para os assentados é um período estressante devido ao processo de demora e burocracia. Na medida que inicia o processo de implantação só aí nota-se o inicio do processo de apropriação e reversão das atividades financiadas, sendo que a atividade mais lucrativa torna –se referencia para a organização do lote. Um elemento muito evidente da contribuição do PRONAF A é o número de assentados que buscaram o credito. Percebe - se ainda o credito é uma estratégia de fixação a terra.

Verificou-se a análise dos resultados confirma a contribuição do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – modalidade quando é observada uma reconstrução do projeto a partir da lógica do agricultor familiar.

BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **MCR – Manual de Crédito Rural**. Brasília: Ideal, 2004.

BANCO DO NORDESTE. **Manual básico: operações de crédito – operações especiais**. Fortaleza: 2002.

BRASIL. MAA. **PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: SDR, 1996.

Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

ANEXOS

7. Qual a renda Familiar?

Ano	Salário	Transferência de renda	Roça	Criações	Aposentadoria	Outras

8. Como é o projeto? – (desenho)
9. Como e quando ouviu falar sobre o Pronaf?
10. Como foi o processo para conseguir o financiamento do PRONAF A? Como de deu a negociação? A gestão? Quem foi envolvido ? Quem continua envolvido?
11. Como é percebido esse projeto? Era isso mesmo era pensado outros?
12. Como é visto o Projeto Atualmente?
13. Que atividades produtivas foram financiadas (investimento e custeio)?
14. Como se deu o processo de implantação dos projetos? Os prazos ? asa parcelas? O acompanhamento? Quem foi envolvido neste momento?
15. Que resultados é possível avistar a partir das atividades implantadas? (quantitativo e qualitativo)
16. Qual a situação atual de seu financiamento?
17. Quem elaborou o PRONAF A do assentamento?
18. Quem faz Assistência Técnica? Qual a frequência de visitas? Como é a abordagem individual ou coletiva?
19. Como avaliar os resultados do Projeto? Como se ver sem esse projeto?
20. Comercializa os produtos? O que vende? Onde vende? Para quem vende? Como comercializa? Omo era antes e agora depois do projeto?

modelo	grupo	Tipo de projeto	beneficiários	Entrevistado
PROJA I	I	Preparo da área Cultivo de arroz Cultivo de feijão Cultivo de milho x mandioca Aquisição de tela para vês Aquisição de matrizes aves Aquisição de reprodutores Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração	08	
PROJA I	II	Preparo da área Cultivo de arroz Cultivo de feijão Cultivo de milho x mandioca Aquisição de tela para vês Aquisição de matrizes aves Aquisição de reprodutores Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração	08	
PROJA I	III	Preparo da área Cultivo de arroz Cultivo de feijão Cultivo de milho x mandioca Aquisição de tela para vês Aquisição de matrizes aves Aquisição de reprodutores Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração	16	
PROJA I	IV	Preparo da área Cultivo de arroz Cultivo de feijão Cultivo de milho x mandioca	02	

		Aquisição de tela para vês Aquisição de matrizes aves Aquisição de reprodutores Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração		
			34	
PROJA II	V	Preparo da área Cultivo de arroz sequeiro Cultivo de Caju x feijão Cultivo de Mandioca Cultivo de Milho Cultivo de Feijão Construção de abrigo rústico para suínos Construção de abrigo rústico para aves Aquisição de matrizes de suínos Aquisição de matrizes aves (galinha) Aquisição de reprodutores de aves (galo) Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração	04	
PROJA II	VI	Preparo da área Cultivo de arroz sequeiro Cultivo de Caju x feijão Cultivo de Mandioca X milho Construção de cerca de arem farpado 04 fios Construção de abrigo rústico para suínos Aquisição de tela para instalações aves Aquisição de matrizes de suínos Aquisição de matrizes aves (galinha) Aquisição de reprodutores de aves (galo) Aquisição de milho para ração Taxa de elaboração	02	
PROJA II	VII	Preparo da área Cultivo de arroz sequeiro	05	

		<p>Cultivo de Caju x feijão</p> <p>Cultivo de Mandioca X milho</p> <p>Construção de cerca de arem farpado 04 fios</p> <p>Construção de abrigo rústico para aves</p> <p>Aquisição de matrizes aves (galinha)</p> <p>Aquisição de reprodutores de aves (galo)</p> <p>Aquisição de milho para ração</p> <p>Taxa de elaboração</p>		
PROJA II e III	VI	<p>Preparo da área</p> <p>Cultivo de arroz sequeiro</p> <p>Cultivo de Caju x feijão</p> <p>Cultivo de Mandioca X milho</p> <p>Construção de cerca de arem farpado 04 fios</p> <p>Construção de abrigo rústico para suínos</p> <p>Aquisição de tela para instalações aves</p> <p>Aquisição de matrizes de suínos</p> <p>Aquisição de matrizes aves (galinha)</p> <p>Aquisição de reprodutores de aves (galo)</p> <p>Aquisição de milho para ração</p> <p>Taxa de elaboração</p>	06	
PROJA III	V	<p>Preparo da área</p> <p>Cultivo de arroz sequeiro</p> <p>Cultivo de Caju x feijão</p> <p>Cultivo de Mandioca</p> <p>Cultivo de Milho</p> <p>Cultivo de Feijão</p> <p>Construção de abrigo rústico para suínos</p> <p>Construção de abrigo rústico para aves</p> <p>Aquisição de matrizes de suínos</p> <p>Aquisição de matrizes aves (galinha)</p> <p>Aquisição de reprodutores de aves (galo)</p> <p>Aquisição de milho para ração</p> <p>Taxa de elaboração</p>	03	

Tipologia dos projetos	Quantidade de famílias	% do total das famílias	Implantação	
Bovino Pasto Mandioca e milho	01	1,4	Mão-de-obra familiar	Comercialização - consumidor
Arroz Caju e feijão Milho Aves (galinha).	08	11,4	Mão-de-obra familiar e mecanizada	Comercialização - consumidor - atravessador
Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Aves (galinha)	29	41,4	Mão-de-obra familiar e mecanizada	Comercialização - consumidor - atravessador Beneficiamento
Arroz Caju Mandioca Mandioca reserva Aves (galinha)	04	5,8	Mão-de-obra familiar e mecanizada	Comercialização - consumidor - atravessador Beneficiamento
Arroz Caju e feijão Mandioca Mandioca reserva Feijão Suínos Aves (galinha)	07	10	Mão-de-obra familiar e mecanizada	Comercialização - consumidor - atravessador Beneficiamento
Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Avicultura Suínos Aves (galinha)	05	7,1	Mão-de-obra familiar e mecanizada	Comercialização - consumidor - atravessador Beneficiamento
Ao quis acessar o credito	01	1,4		
Não foi contratado por problemas burocráticos	15	21,5		
	70	100%		

Tabela - Projetos e diferentes atividades

PROJETOS	Bovino Pasto Mandioca e milho	Arroz Caju e feijão Milho Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Aves (galinha)	Arroz Caju Mandioca Mandioca reserva Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca Mandioca reserva Feijão Suínos Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Avicultura Suínos Aves (galinha)	
Bovino	X	-	-	-	-	-	01
Suínos	-	-	-	-	X	X	02
Aves (galinha)	-	X	X	X	X	X	05
Pasto	X	-	-	-	-	-	01
Mandioca e milho	X	-	X	-	-	X	03
Arroz	-	X	X	X	X	X	05
Caju e feijão	-	X	X	-	X	X	04
Milho	-	X	-	-	-	-	01
Mandioca	-	-	-	X	X	-	02
Mandioca reserva	-	-	-	-	X	X	02
Feijão	-	-	-	-	X	-	01
Número de famílias	01	08	29	04	07	05	

Tabela – Projeto e numero de famílias beneficiadas

PROJETOS	Bovino Pasto Mandioca e milho	Arroz Caju e feijão Milho Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Aves (galinha)	Arroz Caju Mandioca Mandioca reserva Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca Mandioca reserva Feijão Suínos Aves (galinha)	Arroz Caju e feijão Mandioca e milho Avicultura Suínos Aves (galinha)	
Número de famílias	01	08	29	04	07	05	

TABELA DA RENDA FAMILIAR E INFORMACOES DA FAMILIA

ASSENTADO (A)	renda	Total	Sexo F	Sexo M	Mão de obra familiar
MARIA DA CONCEICAO DE SOUSA	900,00	05	04	01	sim
SALVADOR RAMOS DOS SANTOS	500,00	04	02	02	não
LUIS GONZAGA R. DO NASCIMENTO	400,00	02	01	01	não
FREDSON FEITOSA DA SILVA	380,00	04	02	02	não
IZAILDE LEITE SILVA	500,00	04	01	03	sim
SILVERIO GOMES DA SILVA	380,00	04	01	03	sim
LUIS GUSTAVO S. CASTRO	430,00	01	00	01	sim
NIVALDO ALVES DA ROCHA	380,00	04	03	01	não
ERIVELTON MIRANDA NUNES	380,00	05	02	03	não
CONSTANTINO ALVES FEITOSA	1.500,00	05	03	02	sim
MARIA LUCILENE VASVONCELOS	400,00	05	03	02	sim
JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO FILHO	380,00	06	04	02	sim
JOSE AIRTON F. MORAES	380,00	03	01	02	não
JOSE GONZAGA DO NASCIMENTO	520,00	04	03	01	não
FRANCISCO SOLIMAR	380,00	04	03	01	não